

# Historicidade, memória e escrita da História: Augusto e o *culto della romanità* durante o *ventennio* fascista

*Historicity, memory and writing of History: Augustus and the 'culto della romanità' during the fascist 'ventennio'*

Glaidson José da Silva\*

**Resumo:** Apenas recentemente diferentes frentes de estudo sobre o *culto della romanità* durante o fascismo começaram a ser mais bem exploradas, como a ideia de que a própria romanidade serviria a um projeto de modernidade da Itália fascista. O lugar ocupado pelo mito de Roma no imaginário coletivo e o papel das instituições, e de historiadores e arqueólogos, particularmente, também têm conhecido especial atenção. Pensado inicialmente como um instrumento a ser utilizado em sala de aula (junto à disciplina *Introdução aos Estudos de História Antiga e Medieval*, da Universidade Federal de São Paulo), este texto toma alguns exemplos em torno do *culto della romanità* que mobilizaram, sobretudo, a imagem do imperador Augusto durante o fascismo. Essa mobilização se deu, especialmente, por ocasião das comemorações do bimilenário do nascimento do *princeps*, e orbitou a *Mostra Augustea della Romanità* e toda trama histórica e arqueológica acerca da liberação do entorno do *Mausoléu de Augusto* e da restauração e deslocamento do *Ara Pacis*. Como instrumento, a ideia é que esse texto propicie uma reflexão acerca da historicidade, da memória e da escrita da história relacionada à Roma antiga.

**Abstract:** Only recently different fronts of study on the *culto della romanità* during fascism begun to be better explored; for instance, the idea that romanity itself would or could serve a project of modernity in Fascist Italy. The place occupied by the myth of Rome in the collective imaginary and the role of institutions – and of historians and archaeologists, in particular – have also received special attention. Initially thought as an instrument to be used in classroom (in the discipline of *Introduction to Ancient and Medieval History* at the Federal University of São Paulo), this article works with a number of examples linked to the *culto della romanità* that mobilized above all the figure of Roman emperor Augustus during the fascist years. Such mobilization occurred especially on occasion of the celebrations around the two-thousandth Jubilee of the *princeps'* birth, including the *Mostra Augustea della Romanità* and an intricate historical and archaeological plot linked to the area around Augustus' Mausoleum and the restoration and moving of the *Ara Pacis* altar. The idea is that this text may serve as an instrument capable of stimulating reflections on historicity, memory and the writing of history in connection with Ancient Rome.

## Palavras-chave:

Roma;  
Augusto;  
Fascismo;  
*Culto della romanità*;  
*Mostra Augustea della Romanità*.

## Keywords:

Rome;  
Augustus;  
Fascism;  
*Culto della romanità*;  
*Mostra Augustea della Romanità*.

---

Recebido em: 03/11/2018  
Aprovado em: 15/12/2018

---

\* Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Líder do grupo de pesquisa *Antiguidade e Modernidade: História Antiga e usos do passado*.

### **O culto della romanità**

A idealização da Roma antiga, por meio do *culto della romanità*, característica definidora do fascismo, colocou a Antiguidade a serviço da experiência totalitária na Itália, ao evocar, oportunamente, a continuidade e a herança da Roma republicana e imperial, estabelecendo um paralelismo da Itália fascista com a grandiosidade da antiga Roma, em uma exaustiva apelação ao mito da romanidade. O discurso de Mussolini de 21 de abril de 1922, *Passato e Avvenire*, evidencia essa continuidade de maneira sintomática; Roma e Itália são dois termos inseparáveis:

Roma é nosso ponto de partida e de referência. Roma é nosso símbolo, ou, se preferirmos, nosso mito. Sonhamos com a Itália romana, sábia, forte, disciplinada e imperial. Muito do que foi o espírito imortal de Roma ressurgiu no fascismo: romano é o *fascio littorio*, romana é nossa organização de combate, romanos são nosso orgulho e nossa coragem. 'Sou cidadão romano' (*Opera Omnia*, v. XVIII, p. 160-161).

A cidadania evocada na frase proferida por Mussolini no discurso em questão ilustra bem a premissa em torno da qual se erigirá todo o *culto della romanità* levado a termo durante o fascismo, que mais não é que o enaltecimento da ideia de uma herança da Roma antiga, que perdura durante todo o *ventennio* fascista. Essa herança mobilizada pelo *Duce* orbita alguns temas centrais, ancorando-se nas ideias de império, de grandes personagens históricos, como Júlio César e Augusto, e os valores que representam, e na monumentalidade dos vestígios arqueológicos; em seus discursos, a idealização do passado romano é, a um só tempo, a busca de identificação com os romanos antigos e a emulação de seus valores e, também, o desejo de grandeza voltado para o futuro, inspirado pelos romanos – uma espécie de *usurpação* do passado capitaneada por uma elite dominante que desejara se reconhecer nos antigos, como propõe Luciano Canfora (1980). Para Joshua Arthurs (2015), a romanidade estava no centro da cultura política do fascismo, e deve ser entendida como um conceito moderno que atendeu aos interesses e anseios da modernidade. Em sua perspectiva, a apropriação do passado romano não fora mera nostalgia de uma idade do ouro distante, mas um projeto revolucionário para a modernidade. O desejo de retorno a um tempo mítico convivia com um discurso que expressava as aspirações e anseios pelo novo, por uma “Itália nova”, por um “homem novo” (ARTHURS, 2015).

É, sobretudo, ao longo dos séculos XIX e XX que se conhece uma utilização mais radicalizada da ideia de romanidade. No que concerne aos regimes totalitários, desde pelo menos o fim Primeira Guerra Mundial que os historiadores da Antiguidade e os

estudiosos do Mundo Antigo, de modo geral, tornaram-se cada vez mais interessados na compreensão de como a Antiguidade Clássica foi apropriada para fins políticos e, também, na busca do entendimento de como a erudição esteve a serviço dessa instrumentalidade (SILVA, 2007, p. 39-44). No caso da romanidade, importantes estudos desenvolvidos nas últimas décadas se dedicaram ao entendimento deste mito (NELIS, 2007, p. 391-392), que, se não fora criado pelo fascismo, foi por ele elevado à sua máxima expressão, estando presente desde os primórdios do *Partito Nazionale Fascista* (PNF) – atuando em sua própria institucionalização – e expressando-se nas mais distintas frentes da política e da vida cotidiana. O fascismo não inventa essa abordagem cultural do passado romano, que floresce no contexto do colonialismo italiano do final do XIX. Os mitos *della romanità* e *dell'impero*, desde o pós-*Risorgimento*,<sup>1</sup> já constituíam a base ideológica do expansionismo italiano, num contexto em que Roma é lida cada vez mais frequentemente não como o centro histórico e moral dos italianos, mas como dominadora do Mediterrâneo, com aspirações que transcendem as fronteiras italianas (CAGNETTA, 1979, p. 15-16). Para Romke Visser (1992, p. 7), no período que antecede ao fascismo, o uso metafórico da história romana preocupou-se principalmente com a legitimação da política colonial italiana no Mediterrâneo, ligando o colonialismo “romano” a uma ideia de cultura italiana como vanguarda na defesa da cultura europeia. Tal empresa não se fez sem envolver conhecimentos de primeira mão da história e da cultura da Antiguidade, o que implicou a atuação de profissionais e estudiosos (formadores de opinião) de diferentes áreas, com atuação voltada para os mesmos ou diferentes públicos na promoção do que Helen Roche (2017, p. 6) chamou de “consenso a partir de baixo”. Essa utilização de natureza propagandística do passado da Itália apresentava Roma como Estado ideal, desenvolvido a partir de uma Itália unificada, forte, criadora da civilização e origem de valores como autoridade, disciplina e hierarquia, caros ao fascismo.

Para Roche (2017, p. 6), a historiografia tem argumentado que três fases da romanidade são discerníveis durante o fascismo: a primeira toma a Roma antiga como um modelo ideal para a ação revolucionária, organização do combate e promoção

---

<sup>1</sup> A respeito dessa anterioridade, Antonio Duplá (2015, p. 147-148) observa que “O conceito de *romanità*, especialmente em sua dimensão imperial-civilizadora, é, claro, anterior à hegemonia fascista na Itália, estando já presente no regime liberal das primeiras décadas do século [...]. Na verdade, a antiga Roma é um elemento central no horizonte político e intelectual italiano desde o *Risorgimento* do século XIX, como uma alternativa ideológica ao poder unificador da Igreja Católica, em princípio oposta à unificação da Itália e ao desaparecimento dos Estados pontifícios. Já Garibaldi marchara sobre Roma com a República romana como símbolo e, assim, a “romanidade” se conecta diretamente com o imaginário da unificação da Itália [...]. Mais tarde, se converte em um fator central na articulação do consenso dos setores de direita e conservadores, com uma tendência crescentemente reacionária e imperialista, em torno à crítica à democracia e a ideologia colonialista. Finalmente, nesse processo de articulação do fascismo como uma religião política, cuidadosamente estudado por Gentile [...], a antiga Roma será uma referência histórica, simbólica e mitológica de primeira ordem da história nacional, como continuadora das glórias imperiais de Roma”.

da unidade italiana (1922-1925); a segunda, manifesta-se pelo desejo imperialista de Mussolini, quando já anunciara, em 1926, sua vontade de transformar o Mediterrâneo em um mar latino – na conferência *Roma antica sul mare* –, e vai até a declaração do Império, após a conquista da Etiópia (1936), contexto do filme *Scipione l'Africano* e dos paralelos da campanha africana com a Segunda Guerra Púnica; e, por fim, a terceira, com a política do Eixo (a partir de 1930), contexto em que proliferam interpretações raciais da Roma antiga e das políticas de Augusto. Essa divisão interessa às finalidades deste artigo, visto permitir situar o momento sobre o qual incide sua análise, ainda que, em linhas gerais, a análise do *culto della romanità* aqui referida possa se aplicar a todo o *ventennio fascista*.

Aspecto central do regime e definidor de sua auto-representação, o *culto della romanità* transcende a ênfase temática nas frentes em que fora, predominantemente, objeto de estudo. Visser (1992, p. 5) destaca, em sua percepção historiográfica a respeito, que a maioria dos historiadores da ideologia fascista lidou com o culto como sendo de valor meramente retórico e simbólico para o fascismo, tendo conhecido especial importância na propaganda sobre o imperialismo italiano dos anos 30 do século XX. Segundo o autor: “Comparando a ‘Marcha sobre Roma’ de Mussolini com os golpes de Estado de Sila e César, a propaganda fascista implícita era de que a Itália tinha cruzado o Rubicão rumo à dominação mundial” (VISSER, 1992, p. 5). Esse aspecto simbólico e retórico, claro, não é pouco importante como objeto de estudo, visto as mobilizações e usos que faz, no presente, de referenciais ligados à cultura romana antiga e suas implicações ordinárias na vida das pessoas. O uso desses referenciais *antigos*, que vai da saudação cotidiana à magnitude da arquitetura romana que inspira novas construções, integra uma linguagem que se volta para o despertar do entusiasmo popular pelos valores fascistas, ligada a uma ideia de romanidade, que, como reconhecem muitos historiadores, afetou a sensibilidade e a imaginação dos italianos, particularmente dos jovens (ARGENIO, 2008, p. 82).

Emilio Gentile (1990) aportou, no início dos anos 1990, uma importante contribuição para o estudo do *culto della romanità*, ao utilizá-lo para exemplificar sua tese sobre o fascismo como religião política. Para Gentile (1990, p. 229), a secularização não operara, na sociedade moderna, uma separação definitiva entre as esferas da religião e da política, confundidas na política de massas, assumindo a própria política uma dimensão religiosa; esse processo de secularização convivera com outro, o da “sacralização da política”, cujo ponto mais alto foi o dos regimes totalitários do século XX. Não resulta disso o interesse por Deus e pela religião, mas a intervenção do fascismo na esfera religiosa com um caráter marcadamente político, não teológico. O reconhecimento privilegiado, mesmo, da Igreja Católica, “era devido ao uso pragmático da religião como um *instrumentum regni*”. Contudo, o catolicismo não fora a religião

oficial do fascismo. Gentile (1990, p. 230) observa que o fato de postular uma moralidade própria significava que o fascismo evocava a existência de sua própria divindade, apresentando-se notadamente como uma religião.

O potencial retórico e simbólico da romanidade, mobilizada em torno da ideia de uma Itália forte e unida, esteve intrinsecamente ligado a uma tradição de humanismo conservador que, como observou Visser (1992, p. 7), caracterizou-se pelo reconhecimento de “leis estéticas universais” da arte helenística e “verdades eternas”, embasadas no trabalho de autores clássicos como Platão, Aristóteles, César e Cícero. É importante atentar para o fato de que o culto fascista da romanidade se fez valer de um conjunto de valores próprios e presentes no ensino, relacionados a uma concepção de história que entendia a história romana antiga como a própria história nacional da Itália, promovendo a incorporação de padrões e visões da sociedade entendidos ontologicamente como romanos. Nessa perspectiva, a promoção do *culto della romanità* esteve na base da construção do *consensus*, ao estabelecer uma relação orgânica entre diferentes modelos de Estado, mas, também, ao amalgamar outros valores ordinariamente atribuídos aos romanos antigos, como autoridade, disciplina e hierarquia, com um fundo marcadamente elitista. Para os ideólogos do fascismo, não se tratava de uma simples comparação entre períodos históricos distintos, mas da promoção de uma identidade *espiritual* de ambas as épocas dentro da história nacional italiana (VISSER, 1992, p. 16). A continuidade antiga Roma/Itália fascista é explicitamente reivindicada por Mussolini,<sup>2</sup> mas, também, por muitos intelectuais – classicistas, historiadores, arqueólogos – ligados ao regime durante todo o *ventennio* (CAGNETTA, 1979; CANFORA, 1980; DUPLÁ, 2015, p. 148), construindo uma visão altamente politizada e ideologizada da história de Roma, materializada no que se poderia denominar de uma recepção fascista do mundo romano.

O culto da romanidade implicava “o modelo político, as referências culturais, os símbolos, os desfiles, a retórica, a saudação”, além de “marcos como a celebração da festa do nascimento de Roma, desde 1921, ou a instauração de uma nova era fascista, desde 1922. Incluía, igualmente, a criação do ‘homem novo’” (DUPLÁ, 2015, p. 149), oriundo do passado, portador da romanidade, e voltado para o futuro. A retórica fascista da romanidade auxilia na explicação da popularidade de Mussolini não só na Itália, mas

---

<sup>2</sup> No discurso de Mussolini de 13 de setembro de 1933, ao falar da profusão de notícias a respeito de achados relacionados à antiga Roma em diferentes localidades como França, Alemanha e na própria Itália, pode-se perceber de modo bem ilustrativo essa associação: “Não passa dia em que não retorne à luz do sol algum documento da grandeza de Roma. A terra parece ansiosa de restituir os vestígios daquele que foi o império mais vasto da história. Por que negar a existência de algo misterioso no fato de que essas descobertas, em todos os cantos da Europa, coincidem com o tempo fascista, que retornou os símbolos de Roma e atribui ao povo italiano as virtudes que tornaram dominadora e poderosa Roma?” (O.O., v. XVI, p. 51).

em todo mundo,<sup>3</sup> a qual pode ser grandemente percebida nos 44 volumes de sua *Opera Omnia* (NELIS, 2007).

A ideia de império, a imagem de grandes líderes do mundo romano como César e Augusto, os vestígios arqueológicos e a estética romana encarnam a romanidade fascista. O patriotismo, parte importante da formação histórica escolar, alimentou o mito da romanidade, ao passo mesmo que este o reforçou. Referências como o *fascio littorio*, símbolo da nova era, as águias imperiais, a saudação com a mão estendida,<sup>4</sup> o passo romano, a marcha, a ideia da disciplina como a cura para as mazelas sociais e restauradora da ordem, por exemplo, ilustram a evocação de um aparato simbólico-ritual da cultura romana antiga como elemento ativo na construção/formação do poder governamental de Mussolini.<sup>5</sup>

Ao repetir uma frase costumeira de Mussolini, que dizia que o fascismo não escrevia a história, mas a fazia, Johann Chapoutot (2017, p. 129) conclui que, por poder fazê-la, o *Duce* não hesita em fazê-la (escrevê-la) à sua maneira, mobilizando aspectos da história como metáfora “a fim de provar a necessidade histórica e inevitabilidade do “Império Romano” [...], muitas vezes concebido como etapa final do *Risorgimento*” (VISSER, 1992, p. 12). Esforços reais de estudiosos da Antiguidade como Ettore Pais ou Pietro De Francisci tiveram como objetivo propagar os ideais do *culto della romanità* (VISSER, 1992, p. 12-15; ARGENIO, 2008, p. 107-117).<sup>6</sup> Ao perpetuarem algumas recriações como se sempre tivessem existido na memória nacional, o objetivo desta *intelligentsia* consistia em estabelecer uma continuidade em relação ao passado histórico, continuidade esta

---

<sup>3</sup> Para Andrea Giardina (2008, p. 56), “o uso fascista da romanidade foi extremamente difundido, e utilizou – pela primeira vez na história do mito de Roma – meios de comunicação de massa em dimensão planetária, suscitou entusiasmo e interesse não somente na opinião pública italiana, mas também no exterior, permeou a maior catástrofe do século XX: por todos esses motivos, a imagem fascista da romanidade tornou-se, *tout court*, a imagem de Roma”.

<sup>4</sup> Giardina (2008, p. 55-56) ressalta que esse modelo de saudação, com a palma da mão estendida, apesar de encontrar correspondência na iconografia, na escultura e nas representações monetárias tinha significados variados, comumente augural e sem nenhuma conotação estritamente política e ideológica, como assume no fascismo. Diz-nos que “a assunção dessa saudação (depois retomada pelo *Deutscher Grüss* nazista) entre os cânones do estilo fascista trouxe graves consequências para a imagem difundida da romanidade: em muitos filmes de tema romano, mesmo recentes, esse gesto aparece como uma espécie de marca antropológica, exibida de forma paroxística, em toda circunstância. O romano mostra-se, portanto, como um tipo humano doentamente marcado por uma coação obtusa, que o leva a repetir, até mesmo nos salões, gestos de acampamento militar. É óbvio que a força política de um mito não depende da autenticidade histórica dos ritos, dos valores, dos eventos, dos gestos que o atualizam, e seria mesmo possível sustentar que, em algumas circunstâncias, a eficácia de um mito é diretamente proporcional ao seu grau de falsificação do passado” (GIARDINA, 2008, p. 55-56).

<sup>5</sup> A esse respeito ver, particularmente, Falasca-Zamponi (1992) e Parodo (2016).

<sup>6</sup> Pietro De Francisci, professor de Direito Romano e reitor na Universidade de Roma (1930-1932; 1935-1943), ministro da Justiça no início dos anos 30 deve ser entendido, como propõe Romke Visser, como o sumo sacerdote do *culto della romanità* em sua forma ideológica mais franca (1992, p. 13). Nessa mesma frente de especialistas, Ettore Pais atua como o grande antiquista, discípulo de Mommsen e de orientação fortemente nacionalista, um importante cultor da romanidade. Ver livros como: *Civiltà Romana*, de Pietro De Francisci, publicado em 1939 nos Quaderni dell’Istituto Nazionale di Cultura Fascista, ou *Roma dall’antico al nuovo impero*, de Ettore Pais, publicado em 1938.

tanto étnica quanto de valores e das instituições. A ideia de valores transmitidos liga-se, assim, à evocação de certa ancestralidade, de uma antiguidade/continuidade da nação, perpetuada nas imagens da vida nacional com o objetivo de forjar uma identidade romana cuja relação com o passado histórico não é imediata. A construção dos objetos históricos e arqueológicos do fascismo se conforma, nesse domínio, a uma ideia de nação indissociável de um passado adequado e de um futuro crível, no qual a comunidade se anuncia possuidora de uma história e de um destino, de um passado digno e distinto, redescoberto e apropriado, e de um futuro glorioso (SMITH, 1997, p. 36). Como Janus, os ideólogos do fascismo olham para trás e para frente, para o passado e para o futuro. Do passado reificam aspectos, adaptando mitos e símbolos que fornecem uma série de *exempla virtutis*. Anthony Smith (1997, p. 37) nos lembra o objetivo dos “patriotas” franceses na Revolução, quando apelavam para a virtude e o heroísmo de Brutus, Cipião e Cincinato, ou dos americanos, que viram Washington como um exemplo recente da virtude clássica.

A História e a Arqueologia comumente foram objeto de utilizações justificadoras e legitimadoras pelo fascismo e pelo nazismo (SILVA, 2007, p. 30-55), que as ligaram a questões políticas de Estado, à construção de uma memória nacional que, no caso de Roma, auxiliou na abordagem e difusão de uma história da Roma antiga de cunho fortemente nacionalista. A interferência direta na historiografia fez do período fascista o momento privilegiado da história romana, para o qual convergiram muitos esforços acadêmicos, envolvendo a publicação de periódicos, criação de centros de pesquisas e financiamentos (PIVAN, 2017, p. 82). A Arqueologia, por outro lado, também pode ser entendida como uma frente extremamente importante dessa mobilização do passado durante o fascismo. O papel desempenhado por muitos arqueólogos foi determinante na construção de uma memória que vinculasse a Roma antiga à Itália fascista, tendo como principal preocupação o que se entendia, ou se quis entender, como as manifestações das origens nacionais.

De unificação tardia (1870), a Itália teve na sua união política um dos maiores eventos de sua história. A esse processo de unificação sucederá a escolha de Roma como capital, que rapidamente conhecerá o fascismo com Mussolini. É sobre a *Cidade Eterna* que, na luta pelo poder, o futuro *Duce* conduzirá sua Marcha, evocando, oportunamente, a continuidade e a herança da Roma imperial. Nesse sentido, a escolha de Roma não é ocasional, visto que ao mesmo tempo em que é a sede da Itália unificada, representa, também, o glorioso passado ao qual o fascismo faz apelo e do qual se vangloria como herdeiro, o que faz da cidade o palco de predileção para a “fabricação do *consensus*”, pois, diferentemente de Turim, Milão, Veneza ou Florença, cidades nas quais o mito da romanidade tinha poucas chances

de encontrar eco, em Roma esse sentimento de pertencimento a uma capital universal não conheceria resistência (MILZA, 1999, p. 609). Em seu discurso de 21 de abril de 1924, *Per la cittadinanza di Roma*, Mussolini buscará, como em tantos outros, estabelecer essa relação de continuidade da Roma fascista em relação à Roma antiga, conferindo à segunda uma posição de herança em relação à primeira:

[...] frequentemente me ocorre meditar sobre o mistério de Roma, sobre o mistério da continuidade de Roma. Misteriosa é a origem. [...] por qual projeto de uma inteligência suprema, um pequeno povo de camponeses e de pastores pode, pouco a pouco, tornar-se uma potência imperial e transformar, no curso de poucos séculos, a obscura aldeia [...] em uma cidade gigantesca, que contava com milhões de cidadãos e que dominava o mundo com suas legiões (O.O., v. XX, p. 234-235).

Os problemas de Roma, a Roma deste século XX, gostaria de dividi-los em duas categorias: os problemas da necessidade e os problemas da grandeza. Não podemos tratar estes últimos se os primeiros não tiverem sido resolvidos. Os problemas da necessidade decorrem do desenvolvimento de Roma e estão nesse binômio: moradia e comunicações. Os problemas da grandeza são de outra espécie: é necessário liberar das deformações mediócras toda a Roma antiga, mas ao lado da antiga e da medieval é necessário criar a monumental Roma do século XX. Roma não pode, não deve ser simplesmente uma cidade moderna, no sentido contemporâneo e banal da palavra, deve ser uma cidade digna de sua glória e esta glória deve ser renovada sem cessar, para ser transmitida, como herança da era fascista, às gerações que virão (O.O., v. XX, p. 235).

Essa ligação entre a cidade antiga e a cidade moderna será uma característica muitíssimo comum aos discursos de Mussolini e acompanhará, também, as publicações e manifestações oficiais do partido fascista. Para além das palavras, os instrumentos dessa prática do convencimento são bem conhecidos e bem evidentes – a História e a Arqueologia. Para Manuel Royo (1997, p. 35), de 1922 ao fim da Segunda Guerra, a prática arqueológica é a tal ponto dominada pela fascinação do *passado* que “a imagem mitificada da Roma antiga produziu um monstruoso compromisso entre os imperativos da pesquisa científica e as escolhas, em sua maioria desastrosas, do desenvolvimento urbano”. Como bem observou Giardina (2008, p. 60), se os danos infligidos pela retórica fascista à imagem difundida da Roma antiga poderão ser absorvidos futuramente, os danos materiais são irreversíveis. Os exemplos de destruição patrimonial no período são imensuráveis. Entre 1924 e 1931, “todas as casas frequentemente em mau estado, que datavam da Renascença e do século XVIII, foram demolidas” entre o Tibre e a Via Cavour (FORO, 2001, p. 210). Dessa forma, *limpava-se* a cidade de seu passado indesejado, porque entendido como não glorioso, não útil, e evidenciava-se, aos olhos dos italianos e do mundo, a grandiosidade da época de Augusto e dos Césares, em uma Roma

monumental, cuja potência se afirmava. Expurgavam-se os séculos de decadência.<sup>7</sup> O discurso de Mussolini de 01 de janeiro de 1926 é sintomático a esse respeito, nele o *Duce* relembra seu discurso de 21 de abril de 1924, enfatizando suas realizações em relação às necessidades de Roma anteriormente previstas e atribuindo o mérito destas ao povo de Roma. Nesse novo discurso, Mussolini anunciará, mais uma vez, seu projeto em relação a Roma:

Governador!

Tendes diante de vós um período de pelo menos cinco anos para completar o que foi iniciado e para começar a obra maior do segundo tempo. Minhas ideias são claras, minhas ordens são precisas. Estou seguro que se tornarão uma realidade concreta. Em cinco anos, Roma deverá aparecer maravilhosa a todos os povos do mundo: vasta, ordenada, potente como foi à época do primeiro império de Augusto.

Continuem a liberar o tronco do grande carvalho de tudo o que ainda lhe obstrui. Desimpeça em torno do mausoléu de Augusto, do teatro de Marcelo, do Capitólio, do Panteão. Tudo o que aí se desenvolveu durante os séculos da decadência deve desaparecer. Em cinco anos, da praça Colonna, por uma grande passagem, deve ser visível a massa do Panteão. Continue a liberar igualmente das construções parasitárias e profanas os templos majestosos da Roma cristã. Os monumentos milenares de nossa História devem restar gigantescos em sua necessária solidão. [...] Retire das estradas monumentais de Roma a estúpida contaminação dos bondes, mas forneça os mais modernos meios de comunicação às novas cidades que surgirão, em círculo, em torno da antiga. Uma linha direta que deverá ser a mais longa e a mais larga do mundo levará a impetuosidade do *mare nostrum* de uma Ostia ressuscitada até o coração da cidade [...] (O.O., v. XXII, p. 48).

As referências à romanidade da Itália e à glória da Roma antiga e dos romanos *conferiram* à Roma fascista a necessidade de se adequar à imagem da Roma ideal. A grandiosidade evocada encontrará seu lugar na construção ou reconstrução da monumentalidade arquitetônica romana, em que o apelo à continuidade material e política da nação é notório. Nesse sentido, a Roma moderna, sob comando de Mussolini e execução dos arquitetos que estiveram à frente do regime, é "renovada", "limpa" de seu passado medieval e renascentista.<sup>8</sup> O discurso em torno da romanidade não concerne mais que à Antiguidade. A história e a arqueologia da Roma medieval ou da Renascença estão fora de todos os discursos oficiais (ROYO, 1997, p. 37; OLIVIER, 1998, p. 248), visto serem tomadas como símbolos de uma decadência da qual o regime não se via como herdeiro. A arqueologia italiana conhece no período fascista, uma fase importante de expansão de pesquisas, em razão de seus incentivos e dos financiamentos que recebe, empreendendo

<sup>7</sup> Essa política de assepsia urbana mussoliniana, que tem por objetivo fazer de Roma "uma vasta vitrine de realizações do regime" (MILZA, 1999, p. 611), produzirá uma imensa massa de desabrigados, deportados para cidades periféricas, constituindo verdadeiros guetos de condições de vida as mais insalubres. Mussolini exerce um papel pessoal na política urbana de Roma, atuando diretamente junto a arquitetos, engenheiros e arqueólogos.

<sup>8</sup> A esse respeito ver Foro (2001, p. 210 e ss.).

um vasto programa de revalorização do patrimônio arqueológico, ao preço da destruição e deslocamento de quadras inteiras do centro da cidade (GRAN-AYMERICH, 1998, p. 380-381). A Arqueologia pré-histórica, excluída dos círculos universitários, é preterida em favor da Arqueologia das antiguidades históricas. Inaugurada em 1932 por Mussolini, a *Via dell'Impero* (atual Via dos fóruns imperiais) se constitui na nova Via Sacra do fascismo, uma verdadeira artéria para o percurso triunfal das forças do novo regime, limpa de todas as referências que não lhe interessavam, ornada com estátuas de César, Augusto, Trajano – para servir ao culto do antigo e à glória do Império, e de espaço comemorativo do ufanismo italiano.<sup>9</sup> Ligando “o Coliseu à praça Veneza, o coração pulsante da Roma fascista, pois é ao pé do Capitólio que o *Duce* reside, trabalha e discursa para as multidões, do alto do Palácio Veneza, a *Via dell'Impero* é, nas palavras de Chapoutot (2017, p. 129), “o elo topográfico entre a Roma antiga e a Itália fascista, que se quer a renascença de um passado glorioso”. Fazia-se de Roma o epicentro da intervenção escavadora do fascismo (ARTHURS, 2015, p. 48). Às sombras do passado recriado, ergue-se a nova Roma. Neste caso, para Giardina (2008, p. 61), “repetia-se o equívoco que caracterizava a relação entre o fascismo e a romanidade”. Para o autor, “no pressuposto de que o fascismo tivesse redescoberto o mundo romano, a imaginação coletiva via a Roma antiga pelo filtro do presente, enquanto era verdade o contrário: as imagens atuais inventavam as antigas” (GIARDINA, 2008, p. 61).

### **César ou Augusto, que modelo seguir?**

Itália fascista e Alemanha nazista, experiências singulares de regimes ditatoriais, guardam muitas similaridades que apontam para a constatação, de maneira um tanto evidente, de características muito comuns a vários países europeus (de experiência totalitária) que, na busca de constituições identitárias, assemelharam-se em muitas proposições, constituindo, assim, um fundo bem similar ao qual o Mundo Antigo, grego e romano, serviu como *espelho* para seus contemporâneos. Ambos os regimes: 1) propuseram um mundo novo e melhor, moderno, pacífico, disciplinado, organizado e civilizado, para o

---

<sup>9</sup> A arquitetura e a arqueologia levadas a termo por Mussolini desempenharam importante papel no novo efeito visual da cidade. O isolamento de monumentos antigos de estruturas posteriores, bem como a construção de novas estruturas, atendia a um mesmo ideal de glorificação da Roma antiga pela Itália fascista. O próprio Mussolini relata, em dezembro de 1925, uma lista dos monumentos que desejava isolar, como o Mausoléu de Augusto, o Teatro de Marcelo e o Panteão. Esse isolamento, além dos fins estéticos e relacionais (Roma antiga/moderna) atendia a finalidades como melhoria do tráfego, criação de novas praças em torno de monumentos imperiais atrativas ao turismo e empregos para um grande número de desempregados (BRANGERS, 2013, p. 125-126). Resulta de tudo isso, segundo Duplá (2015, p. 154), determinada imagem de Roma, fria, arrogante, de vocação intimidadora, com alguns monumentos descontextualizados.

qual não se podia prescindir de um "homem novo", forte; 2) inimigos do presente, tiveram líderes com olhos nostálgicos para um passado glorioso, uniforme e absente de conflitos, que deveria ressurgir em sua atualidade; 3) propuseram uma continuidade histórica, cujas "rupturas" deveriam ser ignoradas e seus vestígios apagados; apólogos de seus passados, criaram serviços, órgãos e institutos encarregados de estudá-los, mitificá-los, difundí-los e, o que não foi pouco comum, criá-los – projeto para o qual não faltaram artistas, intelectuais e cientistas engajados com verdadeiras alquimias da razão; 4) procuraram atuar sobre a juventude (virilizando-a), a educação e a escola; 5) enalteceram o trabalho e a técnica como salvadores de um mundo em crise, promessa de um futuro melhor; 6) conferiram ao homem, à mulher, à família, enfim, papéis extremamente mantenedores dos cortes sociais; 7) em relação às políticas agrícolas e demográficas, não raro suas proposições foram comparadas àquelas de Augusto, primeiro imperador romano, em um incentivo importante do ruralismo; 8) naturalizaram o racismo em bases *científicas*; 9) tiveram, enfim, líderes corajosos, empreendedores, salvadores de mundos em crise e desestruturados pela "derrocada política e moral" de seus povos, ou seja, os seus heróis. Em todas essas frentes estabeleceu-se, durante o fascismo, uma relação com o passado, autorizando ou desautorizando práticas, enfim, fazendo do passado o espelho da honra, do poder e da glória fascistas. Para a *Rivoluzione Fascista* – a revolução romana levada a termo por Mussolini e pelo fascismo – era necessário, contudo, um modelo a seguir. Qual Roma? Qual é a Roma que deve constituir o modelo ideal para a nova Itália mussoliniana? A tradicional e conservadora de meados do período republicano ou a totalmente cosmopolita do período imperial? A defensora de seus privilégios ou a que não hesita em conceder cidadania plena para todos os povos do Império. Para Marco Giuman e Ciro Parodo (2017, p. 607), todas e nenhuma, visto residir nessa grande generalidade o poder da máquina de propaganda do regime. Essa aproximação inicial, o contato de primeira mão a que se referiu Visser em relação à história da Antiguidade, escolheu, contudo, por óbvio, os referenciais que melhor se prestavam aos interesses fascistas em diferentes frentes e dimensões, em um mesmo momento e em diferentes momentos. No período em que incide essa análise, no que se refere ao poder e todo seu ideário, foi Augusto a grande referência, à qual César não fazia frente, ainda que para as finalidades do regime não lhe fosse de todo indiferente. Para Giardina (2008), a dificuldade em fazer conciliar a Roma republicana com a Roma imperial se revelou de forma aguda durante o fascismo. Em suas palavras:

A república, na fase anterior às guerras civis, oferecia aos fascistas o modelo de um povo compenetrado na vida do Estado, a antiga realidade do Estado entendido como "totalitário". Em época imperial, esse estilo de vida desapareceria e com seu

desaparecimento começaria a decadência [...]. Mas o império oferecia, ao mesmo tempo, pelo menos nos dois primeiros séculos, o modelo de uma dominação mundial estável, de uma Romanidade tornada universal e de uma sociedade que, após os traumas das guerras civis, tinha recuperado ordem e disciplina. E assim, a Roma atualizada por Mussolini acaba por amalgamar os aspectos preferidos de uma e outra imagem, recompondo em sincronia alguns caracteres da história romana, defasados cronologicamente: o rigor moral do cidadão republicano e o poder do príncipe, a síntese austera da nação e o fascínio do sistema imperial em sua fase madura. Mas é evidente que, após a conquista da Etiópia, o modelo dominante só podia ser o imperial (GIARDINA, 2008, p. 64).

As evocações às imagens de César e Augusto convivem nos primeiros anos do governo de Mussolini, mas, à medida que o fascismo se estabelecia, a imagem de César como ditador e criador de distúrbios sociais passava a ser considerada inadequada, dando lugar àquela de Augusto como restaurador da ordem após anos de guerra civil – de modo similar à representação de Mussolini, que teria rompido com um governo política e moralmente corrupto (BRANGERS, 2013, p. 127). César é, para Mussolini, a grande inspiração, o modelo permanente, visto que representava o guerreiro, o conquistador, o lutador contra a oligarquia, como podemos ver no trecho a seguir:

Eu amo César. Ele reunia em si a vontade do guerreiro com a inteligência do sábio. No fundo, era um filósofo, que contemplava tudo *sub specie aeternitatis*. Sim, ele amava a glória, mas seu orgulho não o separou da humanidade (MUSSOLINI *apud* ARGENIO, 2008, p. 84).<sup>10</sup>

Essa reivindicação, porém, esbarrava em uma questão de fundo, seu assassinato. De tal modo, “Augusto aparecia como um referente mais adequado, apesar de um *curriculum* militar bastante limitado e sua política exterior pouco agressiva, mais contemporizadora e diplomática” (DUPLÁ, 2015, p. 151), logo, estabelecida do que se entendeu como uma nova ordem (*pax romana*), o que fazia do governo de Mussolini uma necessidade histórica, e dele próprio o legítimo herdeiro e continuador de Augusto. O *Duce* se converte, segundo Duplá (2015, p. 151), em uma autêntico *alter ego* de Augusto, com o qual os historiadores buscam todo tipo de paralelismos, “desde seu caráter de pacificadores por trás de graves crises políticas e sociais até suas reformas políticas e seus planos de regeneração moral e defesa da família e da natalidade”, ou até mesmo de “sua potenciação da agricultura, ou sua reivindicação extrema do patriotismo; inclusive a presença de legionários italianos na Espanha, até rememorar a participação de Augusto nas guerras cântabras”. É de se considerar o grande trabalho de estudiosos da Antiguidade na construção de comparações entre Roma e o fascismo e Augusto e Mussolini (ARGENIO, 2007, p. 14).

---

10 Trecho de uma entrevista de Mussolini concedida a E. Ludwig (ARGENIO, 2008, p. 84).

Todavia, Nelis (2007, p. 406) considera que, para Mussolini, César é o grande objeto de admiração e inspiração, e que o protagonismo de Augusto somente ocorrerá por ocasião do bimilenário do nascimento do imperador, quando, pela primeira vez, é mencionado junto a César, em 1934, no mesmo ano da restauração de seu Mausoléu perto do Tibre; ainda assim, Augusto seria evocado de forma secundária, precedido por César e Virgílio, orientação que segue mesmo após as grandes comemorações nacionais do bimilenário. A predileção por César e não Augusto pela parte de Mussolini não foi e nem é objeto de significativa disputa historiográfica. O que nos move neste texto é, contudo, o oportuno momento em que se conhece uma inversão desses termos, no contexto do bimilenário do nascimento do imperador.

É de uma leitura das referências históricas e historiográficas realizadas no período que emerge a figura de Augusto, mobilizada pelo fascismo, podendo-se afirmar que esta se insere em uma chave de interpretação do presente, e do passado, com um longo lastro que a precede. Richard Hingley (2002, p. 23) apontava para o fato de que “a efígie do Império Romano proporcionou um mito de origem para muitos povos da Europa e, em particular, para História do Ocidente como um todo e que a imagem de Roma fora utilizada para ordenar caminhos para o desenvolvimento da educação, arte, arquitetura, literatura e política”. Da França napoleônica à Inglaterra vitoriana, e tão ou mais importante na Rússia czarista (CANFORA, 1980, p. 3), Roma representou, sobretudo, as ideias de civilização e de império. Isso bem se aplica ao fascismo e sua relação com Roma e o governo de Augusto. Sob o governo augustano, Roma teria sido grandiosa, imperial e civilizadora; Augusto, portador da *virtus* romana, teria logrado êxito em construir um império *harmonioso* e *integrado*; teria aportado ordem ao caos e dotado de *unidade* e *sentido* um vasto território, sendo o responsável por uma nova ordem social, política e familiar que assegurara a *Pax romana*, após um longo período de conflitos civis e guerras sangrentas. Face às análises históricas, a evidente complexidade do período de transição da República romana para o Principado coloca esse ideário em questão (FAVERSANI, 2013, p. 100-111). Nesse domínio, Augusto se torna uma imagem a ser construída e, ao mesmo tempo, um modelo a ser seguido.

Muitíssimo presente nas efemérides do período, o louvor à Roma antiga e sua celebração encontrarão sua finalidade maior na comparação entre o antigo e o moderno, entre a Roma imperial e a Itália fascista, daí a associação direta da imagem de Mussolini, como ocorrera com Franco, na Espanha (SILVA; RUFINO, 2014), à de Augusto, e a toda simbologia por ela representada. Essa ideia de paz como estabilidade dos conflitos sociais e políticos, idealizada, particularmente, pela historiografia da primeira metade do século XX, negligencia os entraves internos à cidade de Roma e os problemas com as fronteiras do

Império. Como considerou Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 231), “o apaziguamento geral do Império não exclui a existência de combates e lutas, quer para consolidação do poder romano, quer para expansão das suas fronteiras”. Uma das principais bases sobre a qual se funda o ideário posterior a respeito de Augusto foi a célebre inscrição conhecida como *Res Gestae Divi Augusti*, na qual o imperador enaltece os seus feitos e ufana-se de ter fechado por três vezes o templo de Jano (cujo fechamento só ocorria em tempos de paz). Autores como Virgílio, Horácio, Suetônio e Sêneca, por exemplo, em especial os dois primeiros, em sua apreciação sobre os feitos de Augusto nos domínios da religião e das artes e no restauro do *mos maiorum* informaram o conhecimento histórico posterior a seu respeito. A dubiedade, ou, mesmo, contraposição de imagens do imperador, pouco atuou na construção posterior de sua imagem, sobretudo fora dos meios especializados.

Adotado por César, em 43 a.C., Otávio é *Caesar divi filius*; entre 31 e 27 é cônsul a cada ano; protetor do povo (*jus auxilii*); recebe o título de *imperator*,<sup>11</sup> em 29; a investidura de *princeps senatus*,<sup>12</sup> em 28; o título de *augustus*,<sup>13</sup> em 27; a *tribunicia potestas*,<sup>14</sup> em 23; torna-se *pontifex maximus*,<sup>15</sup> em 12 d.C.; e *pater patriae*,<sup>16</sup> em 2 d.C. Todas essas investiduras e seus significados fazem da opção por Augusto uma escolha não ocasional.

Segundo Hingley (2010, p. 28), a imagem posterior de Roma, nos períodos medieval e moderno foi, em parte, produto dos contextos históricos em que se estudou Roma,

---

<sup>11</sup> *Imperator* era o general dos exércitos. Para Martins (2011, p. 50), “O título concedido ao general depois de uma campanha vitoriosa implicava não só a habilidade específica na arte de guerrear, mas também a excelência e a capacidade de definição e de compreensão do todo em relação à parte, isto é, não podia o *imperator* se curvar às instruções prévias, devia ter autonomia para decidir mesmo contra as normas e as leis”.

<sup>12</sup> Detentor da *virtus*, da *clementia*, da *iustitia* e da *pietas*. Primeiro dos cidadãos romanos; primeiro do Senado, tendo sempre o direito de expor primeiramente suas ideias na assembleia.

<sup>13</sup> Título aplicado para denominar os deuses que eram “aumentadores”, criadores de algo diferente e melhor. Como aponta Rostovtzeff (1961, p. 65), “o título foi conferido a Otaviano como restaurador e “aumentador” do Estado e como homem investido da mais alta autoridade (*auctoritas*). “Trata-se de termo atribuível aos deuses, por cujo poder os bens primordiais, como as messes, podiam ser amplificados e, portanto, pertence ao universo sêmico do sagrado” (PRADO, 2011, p. 13-27).

<sup>14</sup> Segundo Petit (1989), “É por meio do poder tribunicio que ele encobre o direito de convocar as assembleias e o Senado, e talvez o de fazer editos, atribuição dos magistrados superiores. Este poder lhe foi dado de modo vitalício, ao mesmo tempo que perpétua e anualmente renovado”. Por outro lado, “o poder tribunicio lhe confere todos os direitos dos tribunos. Como estes pode mandar prender e punir quem o molestar, como estes, pode “interceder”, isto é, opor-se a qualquer decisão ou projeto do Senado ou das assembleias bem como submeter-lhes proposições” (AYMARD; AUBOYER, 1963, p. 312).

<sup>15</sup> Confiava-lhe a incumbência de assegurar a *pax deorum*. Este cargo conferia a Augusto amplos poderes religiosos, tornando-o responsável máximo pela religião e encarregando-o de todos os ritos sagrados; desenvolveu-se à época do Império e, em virtude disso, auxiliou na promoção de um verdadeiro culto ao imperador, tido com um intermediário entre os homens e os deuses.

<sup>16</sup> De acordo com Alföldy (1989, p. 117), “Quando Augusto adotou, em 2 a.C., o título de *pater patriae*, todo o império passou a interpretar essa proteção paterna como uma relação de clientela. Essas relações sociais só poderiam concretizar-se numa ligação estreita entre o imperador e as comunidades urbanas, as regiões, as províncias ou outros grupos fechados da população; o imperador era, assim, também *defensor plebis*, atitude essa que se manifestava em dádivas de cereais e dinheiro à plebe da cidade de Roma e na organização de jogos públicos”.

contextos em que imperadores, reis, líderes políticos viam o Império Romano como símbolo de poder, união e paz e valeram-se dessa imagem de Roma, constantemente retomada, adaptada a diferentes contextos. Em nome de uma *pax*, na modernidade, comumente diferentes Estados se ancoraram, discursivamente, nos pressupostos idealizados da *pax romana*. Para Carl J. Mora (1997, p. 221), os conflitos modernos entre os Estados-nações deram margem a que os estes se batessem em frequentes tentativas de restabelecimento da *pax romana*, sob a égide de um ou outro Estado europeu. A Espanha no século XVI (paz religiosa e controle político); França, Inglaterra, Alemanha, Áustria e Rússia nos séculos XVII e XVIII (equilíbrio e controle do poder); o estabelecimento da predominância do império napoleônico; as inspirações na grandeza do Império Romano ou no regime imperial pelo fascismo e pelo nazismo e, mesmo, tentativas posteriores, pós Segunda Guerra, propugnadoras de uma nova ordem.

Sob o fascismo, a imagem de Augusto e sua associação com a de Mussolini se materializará durante todo o *ventennio*, tendo conhecido, particularmente, alguns momentos de maior expressão, como, por exemplo, durante a *Mostra Augustea della Romanità*, exposição em larga escala organizada pelo arqueólogo e deputado (também diretor do Museu Nacional Romano) Giulio Quirino Giglioli, com a participação ativa de Mussolini (MARCELLO, 2011, p. 228), para celebrar o bimilenário do nascimento do *princeps*, do *pater patriae*, em 63 a.C.;<sup>17</sup> uma verdadeira vitrine voltada para a Roma antiga, na qual Augusto era apresentado como aquele que incorporara “os valores *eternos da romanità*” (VISSER, 1992, p. 15). Essa exposição, de importante caráter político, fora inaugurada em 23 de setembro de 1937, no *Palazzo delle Esposizioni* (o mesmo que abrigara, entre 1932 e 1934, a *Mostra della Rivoluzione Fascista*,<sup>18</sup> em comemoração ao aniversário dos primeiros dez anos da ‘Marcha sobre Roma’), tendo por objetivo abarcar a totalidade da história de Roma – antiga e contemporânea, “evidenciando” a grandeza dos romanos e os valores perenes de sua civilização, presentes sob o fascismo.<sup>19</sup> A Mostra

<sup>17</sup> No contexto imediatamente anterior, oportunamente, dois outros bimilenários puderam ser comemorados, o de Virgílio (1930) e o de Horácio (1935), prestando-se estes, sobretudo, a exaltar a colaboração dos intelectuais com o poder. “Os homens de letras que Mecenas reunira em volta de si e de Augusto ofereciam um modelo de mobilização das energias intelectuais destinadas ao fortalecimento do consenso” (GIARDINA, 2008, p. 59). Virgílio é particularmente importante aos fascistas, sobretudo pelas possibilidades de estabelecimento paralelos entre conteúdos descritos em suas obras e o ruralismo fascista, bem como, também, o estabelecimento de paralelos da paz que descreve após um longo período de conturbações, com o qual se caracteriza o final da República e início do Principado.

<sup>18</sup> A *Mostra della Rivoluzione Fascista* marcou-se pela exaltação das realizações do regime, e fora organizada com o objetivo de relatar os momentos decisivos para o estabelecimento do fascismo e “evidenciar” suas realizações; foi inaugurada primeiramente em 28 de outubro de 1932, e reaberta em 1937. Para Nelis (2007, p. 405), a Mostra tinha a clara intenção de vincular fortemente o fascismo com a Antiguidade romana clássica. A Mostra levou a Roma milhões de visitantes italianos e estrangeiros, “atraídos pelo triunfo do fascismo e pela miragem da antiga Roma” (GIARDINA, 2008, p. 60).

<sup>19</sup> Para uma visão geral do esquema de instalação da exposição, contemplando suas 82 salas com diferentes temas, ver Giuman e Parodo (2017, p. 609).

permaneceu aberta ao público até 07 de novembro de 1938. Segundo Giardina (2008, p. 60): “os visitantes eram introduzidos nos usos, costumes, técnicas, cultura do mundo romano, junto aos valores antigos que a Itália fascista tinha tornado contemporâneos. O eco na Itália e no exterior foi enorme”. A exposição teve importante apoio do *Istituto di Studi Romani*. Fundado em 1925 com o objetivo de desenvolver e promover, no campo acadêmico e cultural, o conhecimento sobre Roma – antiga, papal e contemporânea –, o Instituto foi fortemente atuante em todas as etapas da promoção do bimilenário, produzindo e divulgando conteúdos a respeito para o grande público (boletins informativos, conferências, visitas, viagens de campo, concessão de bolsas de estudo) em torno das comemorações e da *Mostra Augustea della romanità* (ARTHURS, 2012; NELIS; GHILARDI, 2012). Para Flávia Marcello (2011, p. 223), a exposição exemplifica a estetização, a ritualização e a sacralização da política na Itália fascista, cujo objetivo era promover uma espécie de efeito de reconhecimento junto aos visitantes, apresentando a *romanità* como um espelho coletivo para visualizarem a imagem de sua própria face social, estabelecendo uma conexão ativa entre o passado romano e o presente fascista, entre Augusto e Mussolini, entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Duplá (2015, p. 153), tratava-se de uma enorme exposição em que por meio de “diferentes salas, com materiais procedentes de museus e grande número de reproduções, se reconstruía a história de Roma, sublinhando gráfica e cenograficamente a continuidade imperial e católica entre a Roma antiga e a contemporânea”, evidenciando a dupla finalidade didática e político-propagandística. A ideia geral da exposição, que fazia de Mussolini e do fascismo o grande ponto de chegada da longa história de Roma e da Itália, pode ser percebida já na fachada do *Palazzo delle Esposizioni*. Apesar das referências clássicas da fachada, Giglioli sugere uma total reformulação desta, a exemplo do que ocorrera por ocasião da *Mostra della Rivoluzione Fascista*, com a construção de um arco triunfal (que lembra a construção do arco de Constantino), simbolizando a continuação da gloriosa tradição clássica. Nesse arco, se fez constar (nos corpos da direita e da esquerda, sob a palavra DUX repetida várias vezes), em estilo de escrita romano, a promoção seletiva de um conjunto de inscrições de autores como Tito Lívio, Cícero, Plínio, Élio Aristides, Tertuliano e Santo Agostinho, escolhidas por sua ressonância direta com a contemporaneidade (MARCELLO, 2011, p. 230-231).

Atendendo aos imperativos de propaganda do regime, a *Mostra Augustea della Romanità* teve forte apelo turístico: a exposição fora visitada, segundo Visser (1992, p. 16), por mais de um milhão de italianos e estrangeiros. O modo de organização da exibição e sua intencionalidade de evocar uma memória *nacional* e promover uma identificação dos visitantes para com o que era exposto estavam dentre seus objetivos, tendo se

caracterizado pelo estabelecimento intencional de um percurso cronológico e temático. Isso não ocorreu sem uma recriação heroica e monumental fundada em uma idealização do passado e, também, do presente (MARCELLO, 2011, p. 226). Os valores sobre os quais Roma teria erigido seu império – ordem, disciplina, equidade – eram os mesmos do fascismo. Marcello (2011, p. 224) analisa a exposição em quatro níveis espaciais, partindo da premissa de que, primeiramente, as exposições impõem uma experiência própria em relação aos espaços e aos objetos neles contidos, ao estabelecerem uma sequência passiva para o visitante; em segundo lugar, considera o papel da exposição na construção de uma consciência nacional, por meio de um passado igualmente construído. Em terceiro lugar, o espaço é entendido como mediador entre intenção e recepção, a fim de enfatizar aspectos da identidade fascista ligados à romanidade e, por fim, a consideração do espaço como instância capaz de desencadear um efeito de reconhecimento, importante para o estabelecimento de uma consciência nacional. Para Enrico Silverio (2011, p. 326), a Mostra pode ser entendida como um documento de uma era, uma interpretação da ideia de imortalidade de Roma e seu renascimento, tema ao qual fora dedicada a sala XXVI da exposição, intitulada *Immortalità dell'idea di Roma. La rinascita dell'impero nell'Italia Fascista*. Para Giuman e Parodo (2017), o percurso celebrativo da história romana foi programaticamente distorcido, com a finalidade de fazê-lo aparecer como o caminho que conduziu ao regime, o que encontrou sua lógica de conclusão na sala da *Immortalità*. Nesta sala, todos os elementos até então apresentados podem ser descritos, segundo Silverio (2011, p. 326), em um quadro em que o renascimento de Roma é assim apresentado:

[...] não terminou com a queda do Império do Ocidente. Ele viveu no coração das gerações e os grandes espíritos testemunham a sua existência; perdurou místico durante toda a Idade Média, pois a Itália tinha o Renascimento e depois o *Risorgimento*. De Roma, novamente capital da Pátria unida, se iniciou a expansão colonial, e a glória de Vittorio Veneto foi alcançada [...]. Com o fascismo, sob controle do *Duce*, [...] e depois do feito épico dos combatentes na terra africana, sobre ruínas de um império bárbaro, o Império Romano se ergue novamente.

Em toda a Mostra, Augusto é a grande referência, mas uma ênfase importante também é conferida a César, cuja vida esteve representada em uma sala maior que o espaço conferido aos quatro séculos precedentes e igual em tamanho àquela que apresentou 14 governantes, de Tibério a Antonino Pio (MARCELLO, 2011, p. 236). Com a exposição, “a função legitimadora das imagens históricas, particularmente relevante na Itália fascista, alcança seu ponto culminante” (DUPLÁ, 2015, p. 153). Lendas de fundação de Roma, guerras, expansionismo, idealização da vida rural e reformas urbanas, por exemplo, são colocadas em relação. Segundo Duplá (2015, p. 153):

O núcleo central da *Mostra*, a sala dedicada a Augusto supunha uma exaltação do caráter provincial do poder imperial. Na sala XXVI, sobre “A imortalidade da ideia de Roma. O renascimento do Império na Itália fascista”, se jogava com um certo misticismo historicista a propósito da imortalidade de Roma e se sublinhavam coincidências notáveis, por exemplo a data de 28 de outubro, quando da vitória de Constantino na Ponte Mílvia e, também, a entrada da marcha fascista em Roma precisamente por essa mesma ponte. Inclusive se destacava o regime de Augusto e a *Pax augustea* como cenário privilegiado e providencial para o nascimento de Jesus Cristo.

O bimilenário de Augusto ocorre após a conquista da Etiópia, em 1935, contexto em que a Itália fascista assume uma orgulhosa severidade imperial (GIARDINA, 2008, p. 60). É o período em que se conhece uma verdadeira intensificação de referências à Roma da época de Augusto (ARGENIO, 2008, p. 93) e de pesquisas sobre a África romana ratificadas moralmente sobre a base *de um retorno às origens*, no qual a política colonial italiana na África do Norte fazia remontar ao tempo em que aquele território tinha integrado o Império Romano (PARODO, 2016, p. 2). As constantes referências a Roma ligam-se à própria ideia de projeto que o fascismo tinha em relação à Itália e ao seu expansionismo territorial; a difusão desse ideário visava, então, não só ao território da nação, como, também, ao estrangeiro. Para Mussolini (1932, p. 851), no verbete *Fascismo (La dottrina del fascismo)*, que elabora com a colaboração de Giovanni Gentile para a *Enciclopedia Italiana*, constava: “O estado fascista é uma vontade de potência e de império”. No discurso de 24 de outubro de 1932, em Milão, Mussolini manifestara explicitamente seus ideais ao dizer: “Em dez anos a Europa será fascista ou fascistizada!” (O.O., v. XXV, p. 148). O povo italiano porta o *fascio* romano dos lictores, símbolo da autoridade política na antiga Roma e que inspira o nome do regime. A *Cidade Eterna* ressurgiu, então, no fascismo, com seus propósitos colonialistas e imperialistas e que retornaram para ficar.<sup>20</sup> *Império* talvez seja a ideia-força mais significativa no *ventennio*; “um conceito variado e mutável em termos de características políticas e geográficas, mas sempre definido como elemento de poder, dominação e primazia” (CAGNETTA, 1979, p. 51). Nesse sentido, a *Mostra Augustea della romanità* objetivava representar, também, a unidade e a grandeza imperial, manifestas no espírito de continuidade entre o Império Romano e o pretendido império fascista, evidenciando-se em uma importância simbólica relevante do *consensus*.

Dentre os eventos celebrativos que evocaram a imagem de Augusto durante todo o *ventennio* fascista, a *Mostra Augustea della Romanità* foi o mais importante; não fora, contudo, o único. Em 22 de outubro de 1934 (último ano da primeira edição da *Mostra della Rivoluzione Fascista*), Mussolini anuncia a liberação do Mausoléu de Augusto, promovendo

<sup>20</sup> O discurso de Mussolini, em Trípoli, em 11 de abril de 1926, a respeito da África é deveras interessante a esse respeito.

seu isolamento com criação de uma praça em homenagem ao imperador (*Piazza Augusto Imperatore*) para cercá-lo. Leva-se a termo uma empresa de escavação e restauro, à qual se juntaram os trabalhos em torno da *Ara Pacis Augustae*, que fora restaurada e colocada próximo ao Mausoléu (tendo sido inaugurada por Mussolini em 1938). Descontextualizados, esses monumentos passam a integrar conjuntamente uma área de valor simbólico óbvio com o objetivo de reiterar, como afirmaram Giuman e Parodo (2017, p. 609), relações ideológicas invisíveis entre a Roma antiga e Mussolini; paralelamente, representam um testemunho indiscutível das atividades frenéticas de escavação e restauro do período, com seus métodos científicos questionáveis. O Mausoléu, que havia sido edificado por Augusto no Campo de Marte para manter viva a sua memória e de seus familiares e a sua glória, cuja identidade arquitetural já havia sofrido distorções ao longo dos séculos, convive, então, com a *Ara Pacis*, numa conjuntura que desconsidera sua topografia original. No discurso de 22 de outubro, Mussolini anunciara não só a sua intenção de terminar o isolamento do Mausoléu para as comemorações do bimilenário três anos após, mas, também, a utilidade dessa liberação, que se ligava a uma tríplice utilidade: da história e da beleza, do tráfico urbano e da higiene (INSOLERA; SETTE, 2003, p. 93). Não previsto inicialmente para a que seria a *Piazza Augusto Imperatore*, a *Ara Pacis*, monumento celebrativo do período de paz e prosperidade romana e do estabelecimento do poder de Augusto (construído a pedido do Senado quando do retorno e das vitórias do imperador na Hispânia e na Gália), é também restaurado e reconstituído, tendo sido isolado inicialmente em um invólucro de vidro, por iniciativa do arquiteto Vittorio Ballio Morpurgo, que havia sido escolhido para projetar não só a praça, mas também seu entorno com edifícios adjacentes. A história e a arqueologia do Mausoléu de Augusto durante o fascismo são reveladoras dos perigos em torno dos usos propagandísticos do passado, um passado do qual só se teve interesse nas evidências romanas, em uma prática de evidente desrespeito pelas camadas subsequentes de história constituídas em torno do monumento (BRANGERS, 2013).

As representações de Augusto na estatuária e nos frisos da *Ara Pacis*, sua associação a Enéias e às origens míticas de Roma podem ser colocadas em paralelo com aquelas feitas entre Mussolini e Augusto, ambas voltadas para uma mitologia do auto engrandecimento, cuja comparação, no caso fascista, projetava o Império Romano em sua atualidade. No último parágrafo do verbete *fascismo*, pode-se ler: “Se cada século possui uma doutrina, parece por mil indícios, que a do século atual é o fascismo” (MUSSOLINI; GENTILE, 1949, p. 850). Referindo-se ao século em que vivia, diria Mussolini (*apud* SIMONINI, 1978, p. 37): “Hoje, na Itália, não é tempo de história – nada acabou ainda –, é tempo dos mitos. Tudo ainda está por ser feito. Só o mito pode dar a força e a energia para um povo que está por martelar o próprio destino”. Tempo das histórias construídas poderia se acrescentar.

## Referências

### Documentação textual

ENCICLOPEDIA ITALIANA. Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana, 1949 [1932].  
SUSMEL, E., SUSMEL, D. *Opera Omnia di Benito Mussolini*. Firenze; Roma: La Fenice, 1951.

### Obras de apoio

- ALFOLDY, G. *A história social de Roma*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1989.
- ARGENIO, A. Il mito della romanità nel ventennio fascista. In: COCCIA, B. (Org.). *Il mondo classico nell'immaginario contemporaneo*. Roma: APES, 2008, p. 81-177.
- ARTHURS, J. *Excavating modernity: the Roman past in fascist Italy*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- ARTHURS, J. The excavatory intervention: Archaeology and the chronopolitics of Roman Antiquity in Fascist Italy. *Journal of Modern European History*, v. 13, n. 1, p. 44-58, 2015.
- AYMARD, A.; AUBOYER, J. *Roma e seu Império*. Tradução de Pedro Moacir Campos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- BRANGERS, S. L. F. Political propaganda and Archaeology: the Mausoleum of Augustus in the Fascist Era. *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 16, n. 3, p. 125-135, 2013.
- CAGNETTA, M. *Antichisti e impero fascista*. Bari: Dedalo Libri, 1979.
- CANFORA, L. Cultura classica e fascismo in Italia. Conferenza tenuta il 27 ottobre 1980 presso l'Auditorium della Biblioteca Provinciale di Foggia. Disponibile in: <<http://www.meridiano16.com/relazioni%20e%20appunti/relazioni/CulturaClassicaeFascismo.pdf>>. Acesso in: 14 set. 2018.
- CHAPOUTOT, J. Mussolini et Hitler, nouveaux Auguste? Autour du bimillénaire de la naissance d'Auguste, 1933-1938. *Revista de historiografia*, n. 27, p. 127-135, 2017.
- DUPLÁ, A. La Roma del Fascismo. In: SANCHO ROCHER, L. (Ed.). *La Antigüedad como paradigma: espejismos, mitos y silencios en el uso de la historia del mundo clásico por los modernos*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2015, p. 137-160.
- FALASCA-ZAMPONI, S. The aesthetics of politics: symbol, power and narrative in Mussolini's Fascist Italy. *Theory, Culture & Society*, v. 9, n. 4, p. 75-91, 1992.

- FAVERSANI, F. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. *Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, v. 4, p. 100-111, 2013.
- FORO, P. Archéologie et romanité fasciste: de la Rome des Césars à la Rome de Mussolini. In: CAUCANAS, S.; CAZALS, R.; PAYEN, P. (Ed.). *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité: Actes du Colloque international tenu à Carcassonne les 19 et 20 mai 2000*. Toulouse: Privat, 2001, p. 203-217.
- GENTILE, E. Fascism as political religion. *Journal of Contemporary History*, v. 25, n. 2, p. 229-251, 1990.
- GIARDINA, A. O mito fascista da romanidade. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 55-76, 2008.
- GIUMAN, M.; PARODO, C. La Mostra Augustea della Romanità e il mito di Roma antica in epoca fascista. In: Flecker, M. et al. *Augustus ist tot: Lang lebe der Kaiser! Internationales Kolloquium anlässlich des 2000. Tübingen: Tübinger Archäologische Forschungen*, 2017.
- GRAN-AYMERICH, E. *Naissance de l'archéologie moderne: 1798-1945*. Paris: CNRS Éditions, 1998, p. 380-381.
- HINGLEY, R. Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa. In: FUNARI, P. P. A. (Org.). *Repensando o Mundo Antigo*. Campinas: IFCH; Unicamp, 2002.
- HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. Tradução de Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.
- INSOLERA, I.; SETTE, A. M. Roma tra le due Guerre: cronache da una città che cambia. Roma: Palombi, 2003.
- MARCELLO, F. Mussolini and the idealisation of Empire: the Augustan Exhibition of Romanità. *Modern Italy*, v. 16, n. 3, p. 223-247, 2011.
- MARTINS, P. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.
- MILZA, P. *Mussolini*. Paris: Fayard, 1999.
- MORA, C. J. The image of Ancient Rome in the cinema. *Film-Historia*, v. 7, n. 3, p. 221-243, 1997.
- NELIS, J. Constructing fascist identity: Benito Mussolini and the myth of Romanità. *Classical World*, v. 100, n. 4, p. 391-415, 2007.
- NELIS, J.; GHILARDI, M. L'Istituto di Studi Romani et la figure d'Auguste: sources d'archives et perspectives de recherche 1937/1938-2014. *Studi Romani*, v. 60, n. 1-4, p. 333-339, 2012.

- OLIVIER, L. L'archéologie française et le Régime de Vichy (1940-1944). *European Journal of Archaeology*, v. 2, n. 1, p. 241-264, 1998.
- PARODO, C. Roma antica e l'archeologia dei simboli nell'Italia fascista. *Medea*, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2016.
- PEREIRA, M. H. R. *Estudos da cultura clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v. II.
- PETIT, P. *A paz romana*. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.
- PIVAN, D. Ancient historians and Fascism: how to react intellectually to totalitarianism (or not). In: ROCHE, H.; KYRAKOS, D. (Ed.). *Brill's Companion to the Classics, Fascist Italy and Nazi Germany*. Leiden; Boston: Brill, 2017, p. 82-105.
- PRADO, J. B. T. É ver para (fazer) crer. In: MARTINS, P. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 13-27.
- ROCHE, H. "Distant Models"? Italian Fascism, National Socialism, and the Lure of the Classics. In: ROCHE, H.; KYRAKOS, D. (Ed.). *Brill's Companion to the Classics, Fascist Italy and Nazi Germany*. Leiden; Boston: Brill, 2017, p. 3-28.
- ROSTOVTZEF, M. I. *História de Roma*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- ROYO, M. Détruire, dit-il. Mussolini et Rome: les paravents de l'archéologie. *Les nouvelles de l'archéologie*, n. 67, p. 35-44, 1997.
- SILVA, G. G. da. *História Antiga e usos do passado*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SILVA, G. J. da; RUFINO, R. A. N. O bimilenário do nascimento de Augusto na Espanha franquista (1939-1940): leitura e escrita da História entre o passado e o presente. In: CAMPOS, C. E. C.; CÂNDIDO, M. R. (Org.). *Caesar Augustus: entre práticas e representações*. Vitória: DLL-UFES, 2014, p. 341-365.
- SILVERIO, E. Un'interpretazione dell'idea di Roma: la Sala XXVI della Mostra Augustea della Romanità. *Studi Romani*, n. 14, p. 307-331, 2011.
- SIMONINI, A. *Il linguaggio di Mussolini*. Milano: Bompiani, 1978.
- SMITH, A. The 'Golden Age' and national renewal. In: HOSKING, G., SCHOPFLIN, G. (Ed.). *Myths and nationhood*. Londres: Hurst, 1997, p. 36-59.
- VISSER, R. Fascist doctrine and the cult of the Romanità. *Journal of Contemporary History*, v. 27, n. 1, p. 5-22, 1992.